

Entre escutas, silêncios e a formação docente: uma investigação a partir de estudantes com deficiência na licenciatura

Michele Cristiani Barion¹
Ana Paula de Freitas²

Resumo

Este estudo investiga a formação inicial de estudantes com deficiência em cursos de licenciatura, analisando como vivenciam sua trajetória acadêmica e constroem sua identidade docente no ensino superior. Reconhece as conquistas legais da educação inclusiva no Brasil, mas problematiza as condições de permanência, aprendizagem e atuação futura desses estudantes como professores. A pesquisa, inserida na linha de Formação de Professores, Trabalho Docente e Práticas Educativas, enfoca práticas pedagógicas e percepções sobre o percurso formativo e a inserção profissional. Fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural, baseada no materialismo histórico-dialético, entendendo a deficiência como construção histórica e relacional. A metodologia qualitativa será aplicada em licenciaturas do IFSP, envolvendo entrevistas, rodas de conversa, observações e análise documental. Os dados serão interpretados à luz da teoria histórico-cultural e do paradigma indiciário. Ao valorizar a escuta dos estudantes como sujeitos formadores, pretende contribuir para práticas pedagógicas inclusivas e políticas institucionais de inclusão.

Palavras-chave: Licenciatura; Formação de professores; Estudantes com deficiência; Teoria histórico-cultural.

1. Introdução

Desde a década de 1990, diversas legislações passaram a normatizar e garantir o direito à educação das pessoas com deficiência, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e a Lei de Cotas (Brasil, 2016). No entanto, a efetivação dessas normativas nas práticas cotidianas das instituições de ensino ainda é um desafio. Dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) mostram o crescimento no número de matrículas, mas esse aumento quantitativo não se traduz, necessariamente, em condições adequadas de permanência e aprendizagem. O Censo não discrimina a distribuição entre bacharelados, licenciaturas e cursos tecnológicos, nem fornece dados sobre o êxito desses estudantes.

O próprio Censo (INEP, 2022) aponta que 93,9% dos cursos de graduação declararam oferecer condições adequadas de ensino-aprendizagem para estudantes com deficiência; contudo, tais informações referem-se prioritariamente à infraestrutura e à acessibilidade física, sem considerar as dimensões pedagógicas, curriculares e

¹ Doutoranda e Pesquisadora, Universidade São Francisco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, michele.barion@mail.usf.edu.br.

² Orientadora e Pesquisadora, Universidade São Francisco, anapaula.freitas@usf.edu.br.

relacionais que sustentam processos inclusivos no cotidiano acadêmico. Além disso, a inconsistência dos dados ao longo dos anos e a dispersão das informações dificultam análises mais aprofundadas sobre os percursos formativos desses estudantes, especialmente nos cursos de licenciatura, onde se espera que se formem futuros docentes comprometidos com a educação inclusiva.

Estudos de Dantas (2015) e Denari (2018) apontam que, apesar dos avanços legais e do crescimento no número de matrículas, persistem barreiras que comprometem a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino superior. Trata-se de entraves estruturais, atitudinais e simbólicos que, muitas vezes, produzem desmotivação, isolamento e evasão. Esses obstáculos tornam-se ainda mais significativos quando se observa que tais estudantes, em processo de formação docente, estão em desenvolvimento profissional, pois afetam diretamente sua constituição e as possibilidades de apropriação crítica do papel de educador.

Nesse cenário, a presente investigação se justifica por buscar compreender de que modo estudantes com deficiência vivenciam sua formação nos cursos de licenciatura, quais sentidos atribuem à docência e como percebem suas condições reais de atuação na educação. A análise dessas trajetórias formativas é relevante porque permite identificar tanto os desafios quanto às potencialidades que atravessam o processo de constituição docente desses sujeitos.

Trata-se, portanto, de valorizar a voz dos próprios estudantes com deficiência como protagonistas de sua formação. Essa perspectiva contribui para ampliar a compreensão sobre as condições institucionais, sociais e pedagógicas que influenciam sua inserção no ensino superior, além de reconhecer seu papel como futuros professores.

A Teoria Histórico-Cultural, especialmente nas obras de Lev Vigotski, oferece a base epistemológica desta investigação. Nessa perspectiva, o desenvolvimento humano é mediado pelas relações sociais, pela linguagem e pelos instrumentos culturais. A deficiência não define o sujeito, mas interage com o meio, podendo limitar ou ampliar o desenvolvimento e a aprendizagem. Assim, compreender a deficiência significa reconhecer que o desenvolvimento depende tanto das características individuais quanto das condições sociais, institucionais e relacionais que possibilitam a participação ativa na construção do conhecimento.

Segundo Vigotski (2021), o aprendizado precede o desenvolvimento e ocorre por meio de interações sociais mediadas por instrumentos simbólicos, como a linguagem. Essa concepção rompe com visões naturalizantes da deficiência e evidencia a importância das condições sociais e educativas no desenvolvimento. Ao abordar a educação especial, Vigotski adverte contra propostas pedagógicas que simplifiquem conteúdos ou limitem o potencial dos estudantes com deficiência, defendendo que o professor atue como mediador, organizando o ambiente e propondo instrumentos culturais adequados.

A partir dessa fundamentação, emergem questões orientadoras: quem é o futuro professor que se forma nos cursos de licenciatura quando se trata de um estudante com deficiência? Quais condições as instituições têm oferecido para sua formação inicial? De que maneira esses sujeitos vivenciam os processos de ensinar e aprender e como avaliam as práticas pedagógicas e metodologias que lhes são oferecidas?

Com base na perspectiva do materialismo histórico-cultural, os trajetórios formativos são atravessados por experiências sociais, históricas e simbólicas que moldam as formas de aprender, ensinar e se posicionar como futuros docentes. Essa abordagem desloca o foco da deficiência como limitação individual para compreendê-la como uma condição historicamente produzida, expressa nas relações sociais e nas possibilidades concretas de mediação educativa. A sala de aula universitária se configura, assim, como um espaço complexo, marcado pela diversidade de ideias, experiências e formas de participação, intensificada por políticas públicas, realidades institucionais e práticas educacionais que nem sempre dialogam com as necessidades desses estudantes.

Este estudo se propõe como uma contribuição original ao campo da formação docente e da educação inclusiva, destacando a relevância de investigar as vivências de estudantes com deficiência nos cursos de licenciatura e reconhecê-los como sujeitos de formação. A escassez de pesquisas com esse enfoque evidencia o ineditismo e a relevância da proposta.

A próxima seção apresenta os objetivos gerais e específicos que orientam a pesquisa.

2. Propósitos da investigação

Diante das questões apresentadas, este estudo tem como objetivo central compreender de que maneira se constituem as práticas pedagógicas e as metodologias de ensino voltadas para estudantes com deficiência em cursos de licenciatura, além de analisar as percepções desses estudantes sobre sua formação e sobre suas possibilidades de atuação como futuros professores.

Para alcançar esse objetivo mais amplo, propõem-se os seguintes desdobramentos analíticos:

1. Identificar as práticas pedagógicas adotadas por professores de cursos de licenciatura para assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência, em consonância com os princípios de inclusão e acessibilidade.

2. Examinar as metodologias de ensino empregadas nos cursos de licenciatura, considerando sua efetividade na mediação do conhecimento e na apropriação dos conteúdos por estudantes com deficiência.

3. Investigar as percepções dos estudantes com deficiência sobre o processo de formação nos cursos de licenciatura, especialmente no que se refere ao acesso ao conhecimento científico e às estratégias pedagógicas que contribuem para esse percurso.

4. Analisar conjuntamente as percepções de professores e de estudantes com deficiência sobre a formação docente e as possibilidades reais de atuação na educação, considerando os desafios enfrentados e os sentidos atribuídos à profissão.

Com base nesses objetivos e no referencial teórico adotado, apresenta-se, a seguir, o caminho metodológico desta investigação.

3. Viés metodológico

Esta pesquisa inscreve-se na abordagem qualitativa, fundamentada na Teoria Histórico-Cultural do desenvolvimento humano e sustentada pelo materialismo histórico-dialético. Como apresenta Góes (1995), na abordagem histórico-cultural, a construção de conhecimentos é concebida como processo constituído nas relações sociais, implicando o funcionamento interpessoal e a linguagem. A escolha dessa perspectiva justifica-se pela necessidade de compreender os sujeitos em sua complexidade, considerando as relações que estabelecem com o meio social, cultural e histórico em que estão inseridos. Segundo Freitas (2002), estudos qualitativos orientados por essa perspectiva, não se restringem à descrição das percepções dos

sujeitos e do contexto das experiências vividas, mas buscam explicá-las em sua relação com os processos sociais mais amplos. Nessa abordagem, articula-se o individual ao social, compreendendo a constituição do sujeito como resultado de mediações históricas, sociais e culturais que se materializam nas práticas educativas.

O campo empírico abrange cursos de licenciatura ofertados em campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), onde há estudantes com deficiência regularmente matriculados e identificados pelos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). A escolha desses cursos justifica-se pelo compromisso institucional com a inclusão e pela diversidade de licenciaturas oferecidas, abrangendo diferentes áreas da formação docente.

Participam da pesquisa coordenadores de curso, professores, colegas de turma e estudantes com deficiência, todos envolvidos diretamente no processo formativo. A escuta desses grupos permite compreender a constituição docente sob múltiplos pontos de vista, articulando dimensões institucionais, pedagógicas, relacionais e pessoais. A participação é voluntária e mediada pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em conformidade com as normas éticas de pesquisa.

A construção de dados envolve entrevistas com coordenadores, professores e colegas de turma, além de uma roda de conversa com estudantes com deficiência. Em um segundo momento, será realizada pesquisa de campo com um estudante com deficiência, registrando seu percurso em diário de bordo e gravações de áudio, mediante as devidas autorizações. Também serão analisados documentos institucionais, especialmente os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), como expressão do compromisso institucional com a formação docente.

Para a análise dos dados, adota-se o paradigma indiciário de Ginzburg, que permite identificar indícios e pistas presentes nas falas e práticas dos participantes, valorizando significados explícitos e sentidos latentes. Os eixos de análise serão construídos a partir da leitura atenta e reiterada do material empírico, com apoio em ferramenta de análise qualitativa a ser definida no decorrer da pesquisa, que facilitará a codificação, organização e visualização dos dados, respeitando princípios de confidencialidade e segurança da informação.

Esse percurso metodológico busca valorizar a voz dos estudantes com deficiência como protagonistas de sua própria formação, articulando a perspectiva dos

diferentes sujeitos envolvidos e oferecendo subsídios para a construção de práticas pedagógicas inclusivas nos cursos de licenciatura.

4. Síntese e perspectivas

Este estudo, ainda em desenvolvimento, evidencia que a formação de estudantes com deficiência em cursos de licenciatura permanece como um campo pouco explorado nas pesquisas em educação. A revisão bibliográfica indica que, embora haja avanços legais e institucionais no ensino superior, persistem lacunas quanto às práticas pedagógicas e às condições de permanência e aprendizagem. Poucos trabalhos abordam especificamente as licenciaturas e a constituição da identidade docente desses estudantes, reforçando a relevância e o caráter inovador desta investigação.

Os resultados parciais sugerem a necessidade de aprofundar a análise das experiências formativas, valorizando as vozes e percepções dos estudantes como protagonistas de sua própria formação. Ao manter abertas essas discussões, a pesquisa busca oferecer subsídios para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e para o fortalecimento de políticas institucionais voltadas à formação de professores comprometidos com a diversidade.

A investigação evidencia ainda que o desenvolvimento docente de estudantes com deficiência depende não apenas de capacidades individuais, mas das condições institucionais, sociais e pedagógicas que favorecem a mediação e a participação ativa. Compreender essas trajetórias formativas permite aprimorar estratégias de ensino, metodologias e práticas inclusivas, além de orientar os próximos passos da pesquisa, como a análise detalhada das experiências em sala de aula e a avaliação das práticas docentes sob a perspectiva dos próprios estudantes.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e institui cotas para pessoas com deficiência em concursos públicos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 29 dez. 2016.

DANTAS, T. C. Experiência de pessoas com deficiência no ensino superior: um olhar sobre a vivência de empoderamento e autoadvocacia. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 123-145, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/26760/pdf>. Acesso 26 nov. 2024.

DENARI, F. E. **Educação e educação especial**: reflexões entre o dizer e o fazer. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

FREITAS, H. O. **A pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos, técnicas e reflexões. São Paulo: Cortez, 2002.

GÓES, M. C. R. de. A construção de conhecimentos: examinando o papel do outro nos processos de significação. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 23-29, ago. 1995. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X199500020004. Acesso em: 10 set. 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior 2023**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.inep.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2025.

INEP. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2022**. Brasília, jan. 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf. Acesso 10 out. 2024.

VIGOTSKI, L. S. **Problemas da Defectologia**, v. 1. Organização e tradução: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. São Paulo: Expressão Popular, 2021.